

# Associações relacionam dragagens no Rio Gilão com lixo que deu à costa em Tavira

4 de Abril, 2019

Associações e ambientalistas afirmaram que as dragagens feitas no rio Gilão provocaram a deposição de lixo na praia Deserta, em Tavira, mas a Docapesca garante não haver “evidências” de esse foco de poluição resultar das dragagens.

De acordo com a Agência Lusa, a Docapesca iniciou os trabalhos de dragagem do rio Gilão, em Tavira, no distrito de Faro, no final do ano passado, uma intervenção que não era feita há 30 anos e que visa a melhorar as condições de navegabilidade e segurança do canal.

João Dinis, residente em Tavira, lançou uma petição “online” para encontrar os responsáveis pelo que considera ser “um crime ambiental”, depois de os últimos episódios de agitação marítima terem levado plásticos, pneus e outros “lixos urbanos” para o areal a nascente do molhe da barra de Tavira.

“O material dragado do Gilão é composto por lodo, lixo que se foi acumulando no rio ao longo de anos, e foi considerado do tipo 1, que são areias limpas que podem ser depositadas sem tratamento no mar. Mas quem é de Tavira sabe que no fundo do rio não há areias limpas, mas lodo, e como o dragado foi depositado a cerca de 500 metros da costa, a agitação marítima de Levante trouxe-o para o areal”, disse à agência Lusa.

A situação foi também denunciada por Leonardo Diogo, presidente da Lais de Guia – Associação Cultural do Património Marítimo, sediada em Santa Luzia, no concelho de Tavira, que argumenta “estar agora a acontecer o que as associações e os pescadores locais alertaram que ia acontecer, quando se aperceberam que os dragados iriam ser depositados tão perto da costa e da barra de Tavira”.

Cristóvão Norte, deputado do PSD eleito pelo círculo de Faro, após ouvir as associações locais, apresentou no Parlamento um “requerimento para ouvir a Docapesca sobre a matéria e, se necessário, a ministra do Mar”, por considerar que “há indícios de más práticas que põem em causa o ambiente”.

“Cabe saber se os contratos para as dragagens foram mal feitos e se permitiram depositar dragados que não eram do tipo 1, violando a lei, ou se, em alternativa, o contrato foi bem feito, a empresa não cumpriu e o Estado não fiscalizou. De qualquer forma, o Estado ou é cúmplice ou autor moral dessa catástrofe ambiental”, considerou.

Mas a Docapesca, numa resposta enviada à Lusa, garantiu que “não existem evidências de qualquer foco de poluição resultante das dragagens” e explicou que o “destino final dos dragados foi a deposição ao largo da praia de

Cabanas-Mar, de acordo com as orientações da APA [Agência Portuguesa do Ambiente] e parecer positivo do ICNF [Instituto Conservação da Natureza e Florestas]”.

A empresa argumentou que todas as amostras de sedimentos recolhidas do rio e analisadas “se inseriram na Classe I” e que se trata de “material limpo que não apresenta qualquer risco, podendo ser depositado em meio aquático ou utilizado para alimentação de praias sem normas restritivas”.

Os trabalhos foram fiscalizados por um “programa de monitorização da qualidade da água” e a “recolha de amostras desde o início”, sendo que os “resultados obtidos não evidenciavam qualquer tipo de contaminação”, acrescentou.

A mesma fonte referiu que contratou “um serviço de filmagem subaquática no local de imersão dos dragados” que concluiu haver na zona lixo residual não resultante dos trabalhos de dragagem.

O presidente da Câmara de Tavira reconheceu à Lusa a existência de um problema de acumulação de lixo levado pelo mar, mas frisou que não está perto de qualquer zona balnear e garantiu que “se está e irá fazer tudo para recolher o que se acumular”.

Jorge Botelho pediu “rigor” quando se fala da zona afetada, porque “não há lixo na ilha de Tavira, nem em nenhuma zona balnear do concelho”, ou um “crime ambiental”, porque “não há toxicidade no que se está a recolher”.

“Não quero minorar nada, porque a situação é complexa, nunca nos tinha acontecido, mas também há 30 anos que não havia dragagens”, concluiu.